



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira

15 e 16 de agosto em Registro/SP

CONFERÊNCIAS MICRORREGIONAIS:

I: 19 de julho, em Tunas do Paraná.

V: 25 de julho, em Miracatu.

II e IV: 27 de julho, em Registro.

III: 29 de julho, em Apiaí.

projeto vale do ribeira sustentável



Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, Cerro Azul, Dr. Ulisses, Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Pariqueira-Açú, Itapirapuã Paulista, Itaóca, Ribeira, Apiaí, Ribeirão Branco, Barra do Chapéu, Iporanga, Eldorado, Registro, Sete Barras, Jacupiranga, Cajati, Barra do Turvo, Pedro de Toledo, Itariri, Peruíbe, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Juquiá, Miracatu e Tapiraí.

Fóruns de Pactuação:

CONSAD VALE DO RIBEIRA/SP

Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento local



Fórum de Desenvolvimento
Territorial do Vale
do Ribeira/PR

**VERSÃO PRELIMINAR DO TEXTO FINAL DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA – SÃO PAULO e PARANÁ**

VALE DO RIBEIRA SUSTENTÁVEL

(em revisão final pela Comissão de sistematização)

Este documento apresenta uma síntese preliminar das propostas da **1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira – Agenda 21** – realizada nos dias 15 e 16 de agosto de 2006 em Registro, São Paulo.

Este documento contém a sistematização dos temas tratados e pactuados na Conferência aqui estruturados na seguinte apresentação:

- Síntese e apresentação da Conferência
- Conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável
- Os Princípios e Diretrizes do Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira Paraná e São Paulo
- As propostas apresentadas por dimensões e temas:

DIMENSÃO I – implantar plano emergencial integrado de inclusão social com ênfase no combate a pobreza, garantia de segurança alimentar e na geração de emprego e renda.

DIMENSÃO II – realizar os investimentos na recuperação em infra-estrutura existente e nas necessidades estruturais e históricas do território

DIMENSÃO III – reformulação e adequação das políticas públicas e a realização de investimentos sociais para promover o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões

DIMENSÃO IV – (a) realização de investimentos em pesquisa e no fomento para modernização das cadeias produtivas e os sistemas de produção

DIMENSÃO IV – (b) implantação de alternativas para o desenvolvimento socioeconômico regional

DIMENSÃO V – garantir mecanismos democráticos e participativos de planejamento e de tomada de decisão fortalecendo o capital social e garantindo o controle social sobre a gestão pública

DIMENSÃO VI – compatibilizar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente

- Anexos:

ANEXO 1 - INSTITUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

ANEXO 2 - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Anexo 3 – PROGRAMA

Registro fevereiro de 2007

A Conferência

Nos dias 15 e 16 de agosto de 2006 foi realizada a *1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira*, no Anfiteatro do KKKK, município de Registro, estado de São Paulo, reunindo em torno de 300 pessoas, entre delegados e convidados, representando os 32 municípios do Território do Vale do Ribeira, nos estados de São Paulo e Paraná.

A Conferência é uma das atividades do Projeto *Vale do Ribeira Sustentável*, que vem sendo executado na região, desde o início de 2005, pelo IDESC – Instituto para o Desenvolvimento e Cidadania do Vale do Ribeira, através de Convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Como principal momento de pactuação do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável, a Conferência Regional foi precedida da realização de quatro Conferências Microrregionais, durante o mês de julho, que debateu os temas com mais de 600 participantes e elegeu os 240 delegados para a etapa regional.

Coordenada pelo IDESC, em conjunto com várias entidades parceiras, a Conferência Regional reuniu diferentes setores do Vale do Ribeira. Pela primeira vez na história da região, comunidades quilombolas, indígenas, caiçaras, ribeirinhos, jovens, mulheres, representantes de sindicatos e associações, produtores urbanos e rurais enfim, os mais diferentes segmentos da sociedade civil se reuniram com representantes de prefeituras, câmaras, de secretarias de estados dos governos de São Paulo e Paraná e do governo federal para elaborar um plano de desenvolvimento regional.

Foram dois dias de importantes discussões, debatendo conflitos, buscando consensos sobre os caminhos para um desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira que gere riquezas, garanta a inclusão social, respeite a diversidade cultural, sempre em harmonia com nossos recursos naturais. No dia 15, foram realizadas duas mesas redondas com o objetivo de aprofundar os temas em debate.

A primeira, coordenada por Sandra Kennedy, representante do IDESC na coordenação da Conferência, discutiu o “Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira” e contou com a participação do professor Arilson Favareto da Universidade Federal do ABC; de Gilberto Otta, secretário executivo da Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu, município de Sete Barras e Roberto Resende, presidente do IDESC.

Relato de experiência de implantação de Agenda 21 local foi apresentado por Gilberto Otta com reflexões de um processo que dura quase oito anos e que já traz resultados importantes para a comunidade do Guapiruvu. Prof. Arilson apresentou nova

leitura sobre a realidade regional e desafios para a superação dos entraves ao desenvolvimento e, Roberto Resende apresentou aspectos de seu livro sobre a região, onde propõe revisão da fala comum de que os recursos naturais são impedimento ao desenvolvimento regional.

A outra mesa apresentou o "*Projeto Vale do Ribeira Sustentável* e as ações interministeriais", contando com a participação de Ana Beatriz de Oliveira, gerente de programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Alexandro Pinto, representante do Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional, Onaur Ruano, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ary Martini, diretor adjunto do Programa Agenda 21, do Ministério do Meio Ambiente e, Dr. Humberto de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Territorial, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O coordenador do Projeto "Vale do Ribeira Sustentável", Ronaldo Ribeiro, falou sobre a importância de ações articuladas de governo na região e ressaltou que a atuação conjunta do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social, possibilitada através do Projeto "Vale do Ribeira Sustentável", é um grande passo neste sentido.

O Secretário Dr. Humberto de Oliveira, do MDA, ressaltou que esta é "a primeira Conferência Territorial de Desenvolvimento Sustentável do país" e, que a experiência do Vale do Ribeira está servindo de modelo para outros territórios brasileiros.

Em seguida, a cerimônia oficial de abertura da Conferência, contou com a participação de prefeitos, vereadores, deputados, representantes dos Ministérios, representantes de organizações da sociedade civil, de movimentos populares, do setor produtivo e do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira Paraná e do CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.

Após a aprovação do Regulamento da Conferência, Ocimar Bim, diretor do IDESC e responsável pela Implantação de Projetos Socioambientais Prioritários (outra Meta do Projeto) apresentou o processo de construção do edital e de aprovação dos Projetos a serem referendados no decorrer da Conferência.

Na noite do dia 15, o público participou de atividade cultural que reuniu representantes a Associação Cultural Nipo-Brasileira de Registro, Bunkyo, com o Grupo de Dança Japonesa Nipon Buyo Kenryurai e os jovens com apresentação do Wadaiko (Tambores Japoneses); índios tupis guarani, da aldeia Piaçaguera, de Peruíbe; o Grupo Cultural Batucajé; o grupo de Fandango do Quilombo do Morro Seco, Iguape, e a apresentação do artista Márcio (flauta e gaita), da ONG ASA, do município de Ilha Comprida. Esta atividade cultural pode se realizar graças ao incentivo da Petrobrás que apoiou o evento.

Durante toda a manhã do dia 16, os participantes da *1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira* se dividiram em 12 grupos de trabalho para debater e pactuar as diretrizes, metas e programas de ação dos temas:

GRUPO 1 <ul style="list-style-type: none">• inclusão social• segurança alimentar• geração de trabalho, emprego e renda.
GRUPO 2 <ul style="list-style-type: none">• comunicação e informação• regularização fundiária e reforma agrária• o macrozoneamento socioambiental• saneamento ambiental• mineração
GRUPO 3 <ul style="list-style-type: none">• cultura• educação
GRUPO 4 <ul style="list-style-type: none">• assistência e lazer• políticas públicas
GRUPO 5 <ul style="list-style-type: none">• saúde
GRUPO 6 <ul style="list-style-type: none">• segurança pública
GRUPO 7 <ul style="list-style-type: none">• agricultura familiar• comunidades tradicionais• infra-estrutura e serviços para meio rural
GRUPO 8 <ul style="list-style-type: none">• conselhos municipais e regionais• orçamento público
GRUPO 9 <ul style="list-style-type: none">• meio ambiente
GRUPO 10 <ul style="list-style-type: none">• pesca e aqüicultura
GRUPO 11 <ul style="list-style-type: none">• turismo
GRUPO 12 <ul style="list-style-type: none">• rodovias e estradas

Um Texto Base que reuniu programas, projetos e propostas elaborados ao longo dos últimos anos para a região e as propostas apresentadas nas conferências microrregionais serviu de subsídio para os trabalhos de grupos.

Na plenária, que aconteceu no período da tarde, os Projetos Socioambientais Prioritários foram referendados com apoio expresso dos presentes ao processo democrático de condução e, as propostas dos Grupos Temáticos foram apresentadas. Os representantes dos Grupos relataram os consensos em torno dos temas e os conflitos foram votados para que pudessem ser qualificados. Temas como municipalização do ensino, construção de barragens no Rio Ribeira e concessão da Rodovia BR 116 para a iniciativa privada, foram

alguns dentre os temas que foram para votação em plenário por não ter sido possível a construção do consenso nos grupos.

Todas as deliberações e produtos da Conferência Regional farão parte de um relatório que, juntamente com o diagnóstico da realidade regional, comporão o Documento Base, produto final do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira/Agenda 21.

A Conferência foi coordenada por uma Comissão Regional composta por Sandra Kennedy Viana (IDESC), Celso Henrique Domingues (AVV), Valtency Negrão da Silva (IBAMA), Maria Luiza Alvarenga (APIVALE), Érika Wolpert (Pref. Municipal de Miracatu), Tosca Zamboni (Pref. Municipal de Tunas do Paraná), Joaquim Rausis (Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira Paraná) e Valmir Oliveira Barbosa (Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo).

Dentre os delegados e participantes, estiveram presentes vinte e nove órgãos públicos do executivo municipal, quatorze órgãos públicos estaduais, oito órgãos do governo federal, nove câmaras municipais, conforme anexo 1.

Dentre o segmento da sociedade civil estiveram presentes cento e treze entidades da sociedade civil organizada representando comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares e pescadores, setor empresarial, clubes de serviços, entidades ambientalistas, conforme anexo 2.

Além de instituições de ensino como UNESP Botucatu, UNESP Registro, SCELISUL e UNICAMP – Campinas.

Estiveram presentes na Conferência 191 delegados representando 30, dentre os 32 municípios do Território e, 111 convidados, somando 302 pessoas, além da equipe de apoio do IDESC e alunos das instituições de ensino UNESP e SCELISUL que colaboram no apoio operacional às atividades.

Esta Conferência Regional foi precedida por conferências microrregionais que envolveram aproximadamente 600 pessoas da sociedade civil e governança do território.

O Conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira

“O desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira deve promover integralmente a melhoria da qualidade de vida para toda a população local, aumentar a auto-estima e as expectativas da geração atual e garantir os direitos das gerações futuras. Deve atender ao princípio da democracia no acesso à terra e efetuar a regularização fundiária. Deve atender de forma universal e com qualidade às necessidades básicas de segurança alimentar, educação, saúde, moradia, transporte e segurança pública. Deve promover a geração de trabalho e renda a criação de mais e melhores empregos, com investimentos equitativos em infraestrutura e em políticas de inclusão social e de combate à pobreza. Deve respeitar o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente. Deve basear-se em processos democráticos e participativos; no reconhecimento do processo histórico e das características geográficas de formação do território e no respeito mútuo à nossa diversidade étnica, social, cultural, religiosa, econômica, política e de gênero.”

AS NOSSAS METAS

Garantir oportunidades de trabalho, emprego e renda, para a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade social e a erradicação da fome, priorizando o acesso a terra e a permanência do homem no campo, através da implantação de programas de apoio ao desenvolvimento rural, com habitação, saneamento, extensão rural e assistência técnica, de acordo com a realidade local.

Promover programas de erradicação do analfabetismo. Investir e melhorar o ensino infantil, fundamental e médio de qualidade para todos; investir na formação profissional e técnica.

Promover programas de erradicação do trabalho infantil e a prostituição infantil

Garantir o direito à saúde na área de assistência, prevenção e promoção com a finalidade de reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e o combate às doenças para toda a população, assim como viabilizar o saneamento básico para todos.

Completar o processo de reforma agrária e de regularização fundiária em todas as áreas rurais e urbanas do território, principalmente para os posseiros, acampados e comunidades tradicionais de quilombolas, indígenas e caiçaras.

Buscar a solução definitiva e socialmente justa para os moradores das unidades de conservação

Garantir a preservação e a conservação os remanescentes da Mata Atlântica, dos recursos hídricos e marinhos, da fauna e da flora do território, além de recuperar os passivos ambientais existentes. Estimular as práticas produtivas sustentáveis, estudos e pesquisas relativas a novas alternativas de manejo e conservação. Garantir os recursos financeiros necessários.

Promover a implantação de cursos superiores de acordo com as necessidades da região e a ampliação universidade pública estadual ou criação de universidade pública federal, com ensino, pesquisa e extensão voltados para a realidade local.

Investir no resgate cultural e na capacitação de agentes locais a fim de garantir o registro e a preservação da história, da cultura e tradições da região.

Implantar programas permanentes de educação ambiental de segurança alimentar e saneamento integral para melhorar a qualidade de vida.

Investir em infra-estrutura básica para garantir energia elétrica, transportes, estradas, comunicação e saneamento e a infra-estrutura específica: acessibilidade, inclusão e reabilitação, para os portadores de necessidades especiais. E toda população do Vale do Ribeira.

OS NOSSOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Na atualidade o processo hegemônico de desenvolvimento no Vale do Ribeira é caracterizado pela concentração de riquezas, depredador dos recursos naturais e gerador da exclusão social, ensejando uma atuação mais forte por parte do Poder Público e da sociedade civil para promover as mudanças necessárias visando a sustentabilidade.

Os principais entraves ao desenvolvimento regional são: a falta de infra-estrutura, a falta de regularização fundiária das terras, o reflorestamento desordenado, as leis ambientais restritivas sem políticas compensatórias, educativas e não incentivadoras do desenvolvimento sustentável, a tecnologia e pesquisa insuficientes e inadequadas a realidade e especificidade local, e a falta de investimentos em políticas sociais inclusivas.

Este diagnóstico da realidade regional impõe uma ação urgente, efetiva e integrada do poder público, no âmbito municipal, estadual e federal com a sociedade civil para combater a pobreza e gerar emprego e renda, visando reverter positivamente à realidade sócio-econômica do Vale do Ribeira.

O nosso conceito de desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um instrumento de inclusão social para remoção das privações e a promoção integral do ser humano que proporcione oportunidades de emprego, trabalho e renda e que enfrente a violência, os preconceitos e toda e qualquer forma de discriminação.

Adotar uma proposta de desenvolvimento sustentável que articule as forças sociais e econômicas, a sociedade civil e o poder público e que potencialize o capital social e natural para a promoção social, econômica e da vida humana em todas as suas dimensões.

O nosso plano deve promover a qualidade de vida; garantir a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda; promover a titulação de terras; apoiar e fortalecer a agricultura familiar; a economia solidária; a pesca e a aqüicultura; o extrativismo sustentável; a apicultura; o turismo e o ecoturismo; o artesanato e as demais manifestações culturais; promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e, principalmente, buscar a solução de problemas de infra-estrutura rural e urbana, incluindo as necessidades especiais de portadores de deficiência.

O poder público deve desempenhar sua função republicana tanto na oferta de bens e serviços essenciais e universais, como no planejamento integrado. Isto se traduz na implantação de políticas públicas com qualidade, equidade e efetividade, na realização de investimentos em infra-estrutura e na solução dos problemas estruturais, principalmente a regularização fundiária, com adoção de instrumentos adequados de financiamento e fomento das atividades sociais, econômicas e culturais de modo democrático e transparente, com participação e controle social.

O Projeto Vale do Ribeira Sustentável, para sua viabilização, estabeleceu como estratégias de implantação: a ação contínua de mobilização e articulação, pactuação e fortalecimento das parcerias institucionais; a garantia da participação de todos os setores e segmentos sociais; a negociação dos consensos e conflitos das propostas. O estabelecimento de metas em curto prazo (2007), médio prazo (2015) e longo prazo (2025).

O nosso plano reconhece e adere aos princípios globais e nacionais da Agenda XXI, ao conceito de desenvolvimento territorial sustentável e as metas do milênio propostos pela ONU, dentre elas, e principalmente, a da autodeterminação dos povos e a paz mundial.

O nosso plano reconhece como foro privilegiado, para a mobilização, articulação, negociação, pactuação e execução, o CONSAD VR e o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira do Paraná. Ao mesmo tempo envidará esforços para a ampliação e a adesão dos demais fóruns participativos existentes ou que venham a ser criados na região, garantindo a participação dos representantes da sociedade civil.

Buscar e pactuar compromisso da sociedade civil e governo em assumir o protagonismo na implantação das diretrizes e programas para alcançar as metas propostas

Deve promover o auto-reconhecimento do território do Vale do Ribeira pelos diferentes segmentos sociais, através do fortalecimento e da integração dos laços culturais, ambientais, sociais, econômicos e políticos.

O nosso desafio social, econômico e político é promover o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, considerando os seguintes aspectos: ambientalmente adequado e preservacionista/conservacionista, economicamente viável e distributivo; socialmente justo e inclusivo; culturalmente diversificado, politicamente democrático e participativo.

Apontar alternativas concretas para o desenvolvimento sócio-econômico, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social a partir das características físicas, ambientais e culturais da região, conduzindo para a perspectiva de construção de uma sociedade sustentável.

Garantir a qualidade de vida, através de políticas públicas adequadas à realidade da região com qualidade, equidade e efetividade, visando a criação das condições necessárias para romper o quadro de baixo dinamismo econômico e a realidade social no Vale do Ribeira.

Gerar riquezas com inclusão social, através da dinamização econômica, fomento ao associativismo e cooperativismo solidário e aumentar os investimentos em atividades econômicas sustentáveis dentro da realidade regional e dos limites ambientais.

Construir indicadores socioambientais para o monitoramento e avaliação do desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira.

O desenvolvimento territorial sustentável do Vale do Ribeira não contempla a construção de barragens nos rios da região.

O desenvolvimento Territorial que queremos deve levar à re-significação do campo na sua inserção e papel junto ao desenvolvimento local e regional, sendo:

- O campo como estratégia para a segurança e soberania alimentar;
- O campo como gerador de trabalho e renda
- O campo como guardião da biodiversidade
- O campo como conservador do meio ambiente
- O campo como espaço e modo de vida

AS DIMENSÕES ESTRUTURANTES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA

DIMENSÃO I – Implantar Plano Emergencial Integrado de inclusão social, com ênfase no combate à pobreza, garantia de segurança alimentar e na geração de trabalho, emprego e renda.

DIMENSÃO II – Realizar os investimentos na recuperação em infra-estrutura existente e nas necessidades estruturais e históricas do território.

DIMENSÃO III – Reformulação e adequação das políticas públicas das políticas públicas e a realização de investimentos sociais para promover o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

DIMENSÃO IV – (a) Realização de investimentos em pesquisa e no fomento para modernização das cadeias produtivas e os sistemas de produção.

DIMENSÃO IV – (b) Implantação de alternativas para o desenvolvimento socioeconômico regional.

DIMENSÃO V – Garantir mecanismos democráticos e participativos de planejamento e de tomada de decisão, fortalecendo o capital social e garantindo o controle social sobre a gestão pública.

DIMENSÃO VI – Compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

DIMENSÃO I – IMPLANTAR O PLANO EMERGENCIAL INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E DE GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

TEMA: Inclusão social

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Incentivar a implantação e viabilização de cooperativas de crédito e micro crédito, diminuindo a burocracia, a fim de facilitar o acesso ao crédito subsidiado, para as populações excluídas; e portadoras de necessidades especiais com o acompanhamento e orientações necessárias para o êxito da atividade.
2. Criar, regulamentar e implantar programa de renda mínima e educação, por serviços ambientais para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, vinculado às atividades de preservação ambiental, de modo a compensar as perdas de oportunidades de trabalho, decorrentes das restrições de determinadas atividades econômicas realizadas por populações que vivem em Unidades de Conservação, e assentados ao seu entorno com projetos adequados a realidade local.
3. Dar oportunidades de cursos de profissionalização nas modalidades: corte, costura, tricô, crochê, bordado, pintura, marcenaria, carpintaria, artesanato, culinária, informática, pré-vestibulares gratuitos e outros, incentivando também a participação dos jovens e dando ênfase ao resgate da cultura regional, da auto-estima e da cidadania
4. Habitação: criação de programas alternativos de moradia (mutirão, loteamentos populares, permacultura), priorizando os moradores de áreas de riscos.
5. Identificar os bolsões de pobreza em cada município
6. PROGER urbano
7. Marketing do Vale do Ribeira como atitude de valorização e identificação de produtos

Agenda de Conflito

TEMA: Segurança Alimentar

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Implantar programa de fomento à produção básica para o autoconsumo e segurança alimentar, envolvendo os diversos níveis de governança a fim de proporcionar as condições mínimas para aumentar a produção de alimentos básicos através de projetos de incentivo, financiamento e distribuição e produção de sementes, mudas, matrizes, apoiar com equipamentos e máquinas adequadas às características locais para o preparo de solo, disponibilizar a assistência técnica para a produção de grão, frutas em geral, hortaliças, legumes, pequenos animais, plantas medicinais, olericultura, resgatando as sementes crioulas e variedades tradicionais num sistema agro ecológico.
2. Facilitar os mecanismos de crédito para o "sistema de produção familiar" visando o auto-consumo e a diversificação da produção
3. Implantar e dinamizar o programa de Compra Direta da Agricultura Familiar, em todos os municípios do Vale do Ribeira, em parceria entre o governo federal, estadual e municipal com recursos financeiros e apoio técnico.
4. Priorizar a implantação de projetos de segurança alimentar e nutricional, incluindo programas educacionais para famílias carentes, e demais comunidades utilizando produtos oriundos de todo o território do Vale do Ribeira.
5. Prioridade para o abastecimento local e regional e potencializar novos mercados
6. Mudança da matriz tecnológica e sistema de produção (diversificação produção, diversificação de sistemas) e que as prefeituras comprem (consumam) os

Agenda de Conflito

produtos locais.

TEMA: Geração de Trabalho, Emprego e Renda.

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Implantar programa emergencial com investimentos financeiros em geração de emprego, trabalho e renda para manter a população na região e reverter o processo de emigração, tanto na área rural e na área urbana, através da criação de frentes de trabalho, com prioridades para a juventude e para os maiores de 45 anos, com atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento profissional.
2. Implantar Incubadora de Empreendimentos Sociais e Pequenos Negócios. Fornecer o local e a infra-estrutura básica visando à criação de negócios, estimulando a formação e capacitação profissional, estimulando o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo. Promover a capacitação da mão-de-obra local, afim da mesma absorver as oportunidades de emprego disponíveis na região.
3. Criar programas ou projetos de incentivo à agroindústria com ênfase na produção artesanal, ampliando as oportunidades, através de eventos de sensibilização, capacitação e aperfeiçoamento, com responsabilidade social e ambiental.
4. Priorizar a implantação de projetos de economia solidária, através da ação articulada com os diferentes níveis de governo e sociedade civil.
5. Incentivar e fortalecer o associativismo e cooperativismo solidário
6. Programas municipais - orçamentos destinados para o desenvolvimento rural;
7. Negociação com empresários e instituições para estimular o processamento e agregação de valor nos municípios – para gerar imposto – agregar valor e gerar empregos

DIMENSÃO II – REALIZAR OS INVESTIMENTOS NAS NECESSIDADES ESTRUTURAIS E HISTÓRICAS DO TERRITÓRIO E NA RECUPERAÇÃO EM INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

TEMA: COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Realizar investimentos para ampliar os serviços de comunicação no território (telefonia, correios, rádios comunitárias e internet), com prioridade para os telecentros na área rural.
2. Facilitar e agilizar os processos de implantação de emissoras de Rádio Comunitárias.
3. Implantar telefonia rural, aumentar a oferta de telefones públicos comunitários nos bairros e comunidades rurais, nos municípios do Vale do Ribeira;
4. Implantar torres de repetição para telefonia celular nos municípios do Vale do Ribeira, de acordo com a legislação ambiental e a saúde da população.
5. Implantar serviços de correio nas comunidades rurais, através da contratação de carteiros ou posto de serviço, administrado (com remuneração) por um representante da comunidade local, após capacitação pela Agência do Correio.
6. Implantar torres de repetição dos canais de televisão do Paraná (Curitiba), possibilitando informações e notícias do Paraná, para população que reside nos municípios do Vale do Ribeira, Paraná e São Paulo.
7. Construção de espaços e centros para a realização de eventos de maior porte, nas micro regiões do Vale.
8. Qualificar e MELHORAS AS programações e equipamentos das rádios comunitárias, e ampliar seu alcance.

Agenda de Conflito

Propostas Reprovadas

1. Criação de uma rede de colaboradores remunerada nas comunidades rurais para distribuir e recolher informações sobre o território. rejeitada

TEMA: Regularização Fundiária e Reforma Agrária

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Construção de agenda prioritária com o INCRA, Secretarias do Meio Ambiente de SP e PR, ITESP e órgão fundiário do PR para estabelecer estratégias de regularização fundiária no Vale do Ribeira, principalmente das áreas rurais.
2. Garantir a aplicação imediata da Lei Estadual Paulista No. 10.850/2001 que garante o direito à titulação de terras das Comunidades Quilombolas;
3. As áreas prioritárias para regularização devem ser definidas por critérios de existência de conflitos ou interesse social, ao invés da regularização por perímetro.
4. Designar grupo de trabalho específico junto à Procuradoria Geral do Estado para agilizar os processos de regularização fundiária.
5. Agilizar os projetos de reordenamento fundiário e Reforma Agrária, com prioridade para os processos de ocupação já consolidados, para as seguintes áreas: Unidades de Conservação e Comunidades com propriedades informais, Como por exemplo: Ribeirão Branco das Palmeiras, Ribeirão do Mota e Caiacanga em Registro, em Ribeirão Branco; em Apiaí; em Barra do Turvo e Valformoso em Sete Barras.

Agenda de Conflito

Conflito de maioria:

Efetivar o programa de regularização fundiária, com prioridade para o meio rural, as comunidades tradicionais, os moradores nas Unidades de Conservação e agricultores familiares. O Governo Federal e Estadual devem garantir os recursos necessários (financeiros e técnicos) para que, no máximo em 05 anos seja concluído este processo com início imediato do processo de diagnóstico da situação.

Propostas reprovadas

1. Ampliação da abrangência da iniciativa de regularização fundiária para todos os municípios.

TEMA: O MACROZONEAMENTO SÓCIOAMBIENTAL

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Garantir o planejamento integrado entre os diferentes sistemas de informação (conselhos, consórcios e etc.), planejamento e diagnósticos do Vale do Ribeira, principalmente as Agendas 21 locais, os planos diretores dos municípios, entre o macro zoneamento socioambiental e o Plano de Aproveitamento de Recursos Hídricos (Planos de Bacia).
2. Regularizar o macro zoneamento econômico ecológico do Vale do Ribeira compatibilizando a Lei Estadual 1019 de 1998 com o Decreto Federal 5300 de 2004.
3. Garantir a ampla divulgação para todos os municípios do Projeto de macrozoneamento e do Plano de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Comitê Gestor da Bacia do Rio Ribeira.

TEMA: SANEAMENTO AMBIENTAL

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Priorizar a implantação e instalação de Saneamento Básico em toda região do Vale do Ribeira.
2. Implantar programa integrado de combate às inundações e enchentes: com planejamento urbano, conservação de solos, recuperação da mata ciliar, zoneamento agrícola e monitoramento dos rios.
3. Preservação do Rio Ribeira, excluindo o projeto de Construção da Barragem do Tijuco Alto. O atual projeto de barragem existente não controla as enchentes;
4. Aumentar o volume de recursos e investimentos públicos em saneamento básico (água, esgoto e lixo).
5. Garantir investimentos para a criação de sistema de captação e abastecimento de água potável nas áreas rurais.
6. Garantir os investimentos e priorizar a implantação de programa de construção de aterros sanitários, implantação de incineradores de resíduos hospitalares, estações de tratamento de água e estações de tratamento de efluentes.
7. Implantação de sistema de captação, canalização e tratamento de esgotos nas áreas rurais.
8. Melhorar o sistema de coleta de lixo nas áreas urbanas e rurais, incentivar a implantação de sistema de coleta seletiva de lixo doméstico reutilização e reciclagem, com a participação dos catadores, nos municípios da região
9. Estabelecer linha especial de financiamento, a fundo perdido, para a implantação de projetos DE ATERROS SANITÁRIOS E de coleta seletiva em todos os municípios, com prioridade para projetos estruturados de forma consorciada
10. Implantação de sistema de fiscalização eficiente para coibir o lançamento de efluentes industriais sem tratamento nos corpos d'água.
11. Recuperação das áreas degradadas ocasionadas pelas empresas de mineração e extrativistas com uma maior fiscalização e compromisso com a comunidade de trazer compensações à mesma.

Proposta Rejeitada:

1. Construção da Barragem do Tijuco Alto para geração de energia e controle de enchente.

TEMA: MINERAÇÃO

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Garantir o cumprimento da legislação específica sobre a exploração mineral, dentro de padrões que preservem o meio ambiente e não gere passivos ambientais, respeitando a legislação trabalhista e de segurança no trabalho;
2. Promover a fiscalização efetiva sobre a exploração dos recursos minerais no Vale do Ribeira.

Propostas reprovadas

1. Incentivar a implantação de indústrias de transformação associadas à exploração dos recursos minerais, garantindo os limites dos padrões citados no item 1

Agenda de Conflito

TEMA: RODOVIAS E ESTRADAS

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Iniciar imediatamente as obras para conclusão da duplicação da Rodovia Federal Régis Bittencourt, entre São Paulo e Curitiba, no trecho da Serra do Cafezal.
2. Destinar recursos para investimentos em conservação e reforma das estradas federais e estaduais (e municipais). Priorizar os seguintes trechos: Eldorado a Iporanga. Juquiá a Tapiraí. Juquiá a Sete Barras. Ribeira a Capão Bonito. Apiaí a Barra do Chapéu
3. Pavimentar a estrada que liga os municípios de Doutor Ulysses e Cerro Azul a Tunas do Paraná *
4. Pavimentação da estrada entre Iporanga e Apiaí. Entre Apiaí e Ribeirão Branco. Entre Barra do Turvo e Iporanga. Entre Cajati e Itapeúna. Barra do Chapéu a Bom Sucesso da Itararé
5. Pavimentação da estrada que liga Sete Barras até São Miguel Arcanjo, dentro do conceito de "estrada parque"
6. Conclusão da duplicação da Rodovia Estadual Pe. Manoel da Nóbrega, no trecho entre Peruibe até Miracatu.
7. Priorizar a manutenção adequada e a conservação de estradas vicinais e rurais, pontes e travessias de balsa, em parceria, através da criação de consórcios intermunicipais que funcionem efetivamente.
8. Planejamento e readequação das estradas com a finalidade de garantir a integração do território
9. Criar lei municipal, com mecanismos que disciplinem o trânsito de veículos com cargas pesadas em áreas urbanas, bem como nas estradas rurais
10. Avaliar a criação de legislação municipal, que favoreça a construção e manutenção de estradas particulares para produtores rurais, através de pagamento em mercadorias da sua produção, destinada a instituições filantrópicas e sociais do município – Programa Social específico com normas e regras.
11. Instalação de módulos da Polícia Rodoviária, balanças, Receita Estadual, Polícia Ambiental nas estradas da região priorizando a informação e a educação da população e usuários.
12. Reativação do transporte ferroviário de passageiros e de carga.

Agenda de Conflito

Conflito de maioria:

1. Promover uma consulta pública para saber se a população do Vale do Ribeira é a favor ou contra a concessão e a instalação de praças de pedágio. Caso seja implantado promover Audiência Pública ampla para definir as diretrizes do processo de concessão, definição dos locais de instalação das praças de pedágio e dos valores a serem cobrados.

13. Pavimentar as ruas dos municípios com bloquetes, produzidos através de parceria entre a prefeitura e a comunidade com restrição para o trafego à carga pesada *
14. Melhorar a qualidade dos serviços e a fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal, priorizando a questão dos tributos municipais.
15. Regularizar e garantir a manutenção da estrada de Bela Vista até Conchas, a partir da solução do conflito com o Parque Estadual de Jacupiranga.
16. Ponte entre Sete Barras e Eldorado no Rio Etá.
17. Manutenção da estrada Guaraú entre Cajati e Jacupiranga.
18. Remodelar o trecho do trevo de Cajati, com a construção de 2 pistas marginais e a construção de passarelas para pedestres.
19. Encaminhar projeto de lei para ALESP transformando as estradas vicinais que ligam as sedes dos municípios em estradas estaduais.
20. Criar lei municipal para regularização da malha viária rural existente, colocando nos mapas municipais as estradas de servidão.
21. Estabelecer parcerias das Prefeituras com o Governo de Estado para manutenção das estradas vicinais.
22. Implementar a discussão sobre a regulamentação de uma lei que discipline a implantação de comércio, serviços e indústrias no eixo da rodovia BR 116, com respeito da conservação ambiental.

DIMENSÃO III – REFORMULAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES

TEMA: Assistência e Lazer

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Garantir o acesso universal a assistência social, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
2. Garantir o acesso de crianças e adolescentes, da área urbana e rural, aos projetos de inclusão social, inclusive com alocação de recursos próprios do orçamento municipal e participação efetiva do conselho municipal da criança e adolescente.
3. Implantação do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, em todos os municípios do Vale do Ribeira;
4. Criação de políticas públicas para a inclusão de idosos na vida social (trabalho/ esporte/ lazer/ voluntariado)
5. Garantir a criação de centros comunitários nas comunidades urbanas e rurais melhorando e investindo na criação de espaço de lazer, esportes e cultura, com programas específicos como: práticas esportivas, danças, teatro, músicas etc. garantindo as políticas públicas da inclusão social dos jovens, idosos e mulheres.
6. Criar centros de recreação, lazer e cultura através de programas específicos, práticas esportivas, danças, teatros, coral, bandas de músicas, fanfarra, etc.;
7. Instalação de postos de atendimento da previdência social, nos municípios sede das microrregiões do território, facilitando o acesso aos beneficiários. Garantir o atendimento de qualidade e humanizado.
8. Criar centros comunitários para as comunidades urbanas e rurais;
9. Ampliar as oportunidades e o acesso para obtenção de documentos pessoais, tais como: carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, certidão de nascimento e outros;
10. Garantir as condições necessárias para a atuação dos Conselhos Tutelares.
11. Despertar o interesse da iniciativa privada p/ construir áreas de lazer e afins.

TEMA: CULTURA

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Garantir espaços culturais para comercialização de produtos sociais, artesanato local e para a realização de eventos e exposições artísticas e musicais. Aprovado
2. Investir e fomentar programas de resgate das diversas expressões culturais de raízes regionais. Valorizar e fortalecer a cultura local, de todos os povos formadores do Vale do Ribeira.
3. Investir em projetos de incentivo, gerenciamento e valorização do artesanato regional e outras iniciativas relacionadas a comércio justo e economia solidária. Aprovado
4. Desenvolver e fortalecer programas relacionados ao turismo cultural, religioso e histórico. Aprovado
5. Tratar a história e a cultura dos povos formadores do Vale do Ribeira como tema transversal nas escolas. Aprovado

<p>6. Criação de espaços para comercialização do artesanato regional ao longo das rodovias</p> <p>7. Garantir a divulgação das manifestações culturais (quilombolas, indígenas, caiçaras, etc.)nos eventos comemorativos</p> <p>8. Criação e fortalecimento de Conselhos Municipais da Culturais e implementação da câmara temática de cultura do CONSAD e do Fórum Paraná. Aprovado</p>	
---	--

TEMA: EDUCAÇÃO

Agenda de consenso	Agenda de Conflito
---------------------------	---------------------------

<p>Propostas Aprovadas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cobrar do Poder Público a implementação adequada da progressão continuada, propondo mudanças do modelo atual desde infra-estrutura até capacitação de docentes, para que não se torne um sistema de aprovação automática 2. Implantar com urgência programa de combate ao analfabetismo adulto e funcional 3. A reabertura imediata das escolas rurais, havendo demanda (acima de 15 alunos) e sem salas multisseriadas, com proposta pedagógica e grade curricular específica, com investimentos na formação técnica do professor e demais cargos da estrutura de ensino. 4. Ampliação de recursos para a merenda escolar, beneficiando também os alunos do ensino médio e supletivo. Integrar o programa de merenda escolar com o programa de compra direta da agricultura familiar 5. Ampliação dos cursos oferecidos pela UNESP do Vale do Ribeira, com ênfase na pesquisa e na extensão à comunidade. 6. Ampliar o número de salas de aula, inclusive com a abertura no período noturno das unidades escolares, onde houver demanda, contemplando as unidades escolares rurais e urbanas 7. Criação da Universidade Pública Federal no Vale do Ribeira 8. Estudar a ampliação da oferta de cursos superiores, principalmente nas áreas de saúde, meio ambiente, engenharia florestal, turismo e educação 9. Criação de políticas públicas que garantam a permanência dos formandos nos seus locais de origem ou pelo menos na região. 10. Criação de políticas públicas que potencializem o capital humano com programas de Educação informal, através de ong's, associações, cooperativas, sindicatos, etc. visando capacitar a sociedade para seus planos e projetos. 11. Investir na qualificação de profissionais da educação e na capacitação pedagógica dos professores. 12. Fomentar a profissionalização. Implantar escolas técnicas profissionalizantes e cursos de qualificação profissional compatíveis com a realidade regional; 13. Fortalecer, ampliar e divulgar a implantação dos projetos de tele centros 14. Garantir especial atenção para as escolas localizadas em todas as comunidades tradicionais com adequação de currículo a realidade local; 15. Implantar a Lei 10639/03 nas escolas publicas e garantir recursos pedagógicos e formação continuada de qualidade. 16. Implantação de bibliotecas públicas municipais de qualidade e contratação de profissional capacitado na área 17. Inclusão da agro ecologia no currículo escolar; 18. Criação da Universidade Pública Federal no Vale do Ribeira/ Criação de uma Universidade do Vale 19. Criar campus universitários no Vale – criar cursos nos municípios. 20. Mobilizar e sensibilizar governantes para a realidade de nossa região (escolas 	<p>Conflito de maioria:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Revisar o processo de reforma da educação, principalmente a municipalização. (50 votos) <p>Conflito de minoria:</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Revisar o processo de reforma da educação ampliando e efetivando a municipalização do ensino ampliando e efetivando a municipalização do ensino de 1 a 4 séries (36 votos)
---	--

precárias sem luz, água)	
21. Internalizar e provocar o debate da educação do campo no território	
Propostas reprovadas	
1. Implantar as disciplinas específicas voltada sobre desenvolvimento social na área escolar. SE É GRADE CURRICULAR OU PROGRAMA NÃO CONSENSUAL	
Propostas que não forma consenso no grupo, mas que não foram a plenário por falha no encaminhamento do processo de pactuação:	
2. Viabilização e ampliação das escolas rurais para a implantação do ensino médio.	
3. Concentrar os alunos da região rural em escolas de posição estratégicas e rurais a fim de proporcionar um estudo seriado e de qualidade	
TEMA: POLÍTICAS PÚBLICAS	
Agenda de consenso	Agenda de Conflito
Propostas Aprovadas	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir e elaborar políticas públicas diferenciadas para os bolsões de pobreza 2. Articulação política municipal estadual e federal 3. Divulgar informações relacionadas à tarifação de energia elétrica aos agricultores; 4. Agilizar o cadastramento ao Programa Luz Para Todos; 5. Política pública diferenciada de Assistência Técnica para Extensão Rural 6. Ver a possibilidade de agilizar a destinação dos recursos do ITR aos municípios 7. Aumento de investimentos do orçamento público no Vale do Ribeira: repasse estadual e emendas parlamentares. 8. Capacitação de técnicos – para todas as áreas 9. Habilitação de proponentes à projetos públicos; 10. Ampliar o quadro do funcionalismo público, garantir o aumento salarial que está extremamente defasado e garantir programas de qualificação e capacitação dos profissionais; 11. Unificar as estruturas administrativas existentes, composto pelos 25 municípios do território do Vale do Ribeira 12. Garantir a infra-estrutura e os meios necessários para a prestação dos serviços públicos de qualidade. 13. Garantir os mecanismos de controle social das políticas pública 14. Dinamizar trocas de experiência para ampliação de projetos existentes de caráter microrregional: agricultura familiar, manejo de palmito juçara, apicultura, piscicultura, bacia leiteira, inclusão digital, consórcios na área da saúde, parcerias intermunicipais (setores). 15. Implementar a recuperação de mata ciliar como política pública 16. Garantir autonomia a sociedade civil de firmar convênios caso a prefeitura não os faça. Exemplo : CONSAD 17. Ampliar e facilitar o acesso ao Banco do Povo 18. Ampliar e facilitar o acesso os fundos para as iniciativas empresariais e comunitárias (PRONAF, FEAPE, FUNDESVAR etc.) 19. Apoio técnico e crédito a micro e a pequena empresa que representam mais de 90 % da economia regional, principalmente na área de serviços e agroindustrial. 20. Criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional 21. Fomentar a participação da sociedade civil nas Agencias de Desenvolvimento da região 	

22. Sensibilizar as pessoas para valorizarem mais o seu próprio local (município, terra, casa).

TEMA: SAÚDE

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Melhorar a qualidade da atenção básica, através das Unidades básicas de saúde e Programa Saúde da Família, com a revisão do número de famílias atendidas por equipe com atuação na área rural, garantia de medicamentos e de retaguarda laboratorial e educação permanente para os profissionais;
2. Todo município do Vale do Ribeira deverá garantir e ampliar a oferta de serviços da atenção básica e atendimento de 24h as urgências e emergências, a partir de um Plano Municipal de Saúde pactuado com a Secretaria de Estado da Saúde, que deve alocar recursos de custeio para esta garantia.
3. Dar condições para o funcionamento adequado dos postos de saúde rurais existentes e implantação de novos postos na área rural com infra-estrutura básica (com retaguarda de ambulâncias e comunicação), equipamentos, medicamentos e pessoal capacitado;
4. Ampliar os serviços de saúde bucal (assistência, promoção e prevenção) à população da região.
5. Promover campanhas de orientações, sobre o perigo de contaminação por agrotóxicos e de saneamento básico;
6. Dinamizar programas e campanhas de orientações sobre o controle e prevenção de doenças existentes no Vale do Ribeira (Chagas, leishmaniose, hanseníase, cisticercose, toxoplasmose, leptospirose e outras).
7. Implantar e ampliar programa de planejamento familiar, atendimento à gestante e de prevenção da gravidez na adolescência.
8. Propiciar a atualização profissional através da educação permanente dos profissionais que atuam nas Equipes de Saúde da Família para a atuação em saúde coletiva e saúde da família e de apoio técnico permanente das Secretarias de Saúde dos estados;
9. Ampliar o atendimento especializado de média e alta complexidade, na área laboratorial, ambulatorial e hospitalar e pré-hospitalar na região do Vale do Ribeira São Paulo e estruturação dos hospitais regionais no Vale do Ribeira Paraná.
10. Humanizar o atendimento e facilitar o acesso da população aos serviços e ações de saúde;
11. Qualificar a assistência hospitalar na região, com ampliação dos níveis de complexidade e de resolubilidade dos serviços existentes, com investimentos em equipes de saúde, equipamentos e organização dos serviços com garantia de referencia e contra-referencia com a rede básica.
12. Qualificar e ampliar o serviço de inspeção e vigilância sanitária municipal com a contratação de médico veterinários e agentes comunitários;
13. Ampliar os programas de prevenção ao uso de drogas que relacione os aspectos educacionais e de saúde e implantar de unidades de tratamento e recuperação de dependentes de drogas;
14. Aumentar os tipos de medicamentos fornecidos pela FURP (Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo) aos municípios do Vale do Ribeira - São Paulo
15. Implantar a regionalização da saúde com definição de papéis de cada sistema municipal e dos órgãos regionais na assistência à saúde, bem como ampliar o número de vagas para atendimento de média e alta complexidades oferecidos fora da região;
16. Revisão dos recursos repassados pelos governos estaduais para a ampliação das equipes mínimas de Saúde da Família com a contratação de Auxiliares ou Técnicos de Enfermagem que residam nas comunidades rurais, priorizando àquelas que contam com Postos de Atendimento Rural ou as mais distantes dos centros urbanos.

17. Incentivar o uso de métodos alternativos e fitoterapia na rede pública de saúde para as comunidades rurais e urbanas, com qualificação dos profissionais;
18. Disponibilizar saneamento básico nas comunidades, através de programas específicos e com a participação das comunidades;
19. Disponibilizar recursos para a melhoria de habitações rurais e urbanas, com ênfase para famílias de baixa renda, através de programas específicos;
20. Fortalecer os conselhos municipais de saúde com capacitação permanente através da secretaria de estado da saúde e ministério da saúde;
21. Garantir recursos estaduais para custeio da saúde para os municípios, com transferência regular e automática de recursos que não dependa de gestões políticas ou de convênios pontuais;
22. Fortalecer as equipes técnicas das Direções Regionais de Saúde para o cumprimento do papel constitucional da esfera estadual do SUS que é o de apoiar e cooperar tecnicamente as equipes de atenção e gestão da esfera municipal;
23. Implantação imediata de **conselho gestor** no CONSAUDE – Consórcio de Saúde do Vale do Ribeira, São Paulo e no CISAVAR para garantia do controle social;
24. Criar o consórcio intermunicipal de saúde no Vale do Ribeira Paraná, a fim de racionalizar os recursos financeiros e humanos, favorecendo uma maior área de atendimento e com potencialidade para implantar uma unidade regional de saúde, que possa atender aos casos mais graves, nas diversas especialidades médicas (obstetrícia, pediatria, traumatologia, ginecologia, oftalmologia, neurologia e outras)
25. Desprecarização do trabalho das equipes de saúde da família com a organização de concurso público e melhoria salarial
26. Garantir coleta de lixo na área rural.
27. Garantir o direito de atendimento à saúde, acesso a medicamentos, transporte de pacientes, etc., aos assentados de projetos de reforma agrária.
28. Garantir a contratação de Assistentes Sociais nos serviços de saúde do município e FUNASA.
29. Criar programas para a fixação de profissionais nos municípios.
30. Que a FUNASA cumpra seu papel de garantir a saúde integral à comunidade indígena com mais empenho e dedicação no enfrentamento dos problemas com investimentos em infra-estrutura.
31. Garantir através de financiamento estadual (Qualis em São Paulo) a incorporação de equipes de saúde bucal em todas as equipes do Programa de Saúde da Família do Vale do Ribeira.

DIMENSÃO IV – REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM PESQUISA E NO FOMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E IMPLANTAÇÃO DE ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO REGIONAL

TEMA: PESCA E AQUICULTURA

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Reconhecer os direitos tradicionais adquiridos pelo pescador artesanal;
2. Garantir apoio técnico e investimentos em infra-estrutura para o fortalecimento da pesca;
3. Concessão de licença de pesca regional
4. Criar comissão de aqüicultura junto ao Ministério da Agricultura para tratar das normas sanitárias;
5. Criar sistema de contenção da pesca de arrasto;
6. Definir as competências e procedimentos entre IBAMA e SEAP;
7. Garantir acesso à gelo e óleo diesel mais barato para os pescadores profissionais
8. Melhoria no de Centro de Pesquisa e extensão para o atendimento da demanda de pescadores e aqüicultores e instalação de laboratório de referência para avaliação do pescado;
9. Maior fiscalização e vigilância dos órgãos competentes da captura até a comercialização dos produtos pesqueiros e aquícolas.
10. Revisão da legislação pesqueira de acordo com estudos locais, ouvindo a comunidade local;
11. Zoneamento de áreas destinadas as atividades pesqueiras;
12. Zoneamento de áreas destinadas as atividades pesqueiras;
13. Implementar o Código Estadual da Pesca;
14. Cadastrar os fornecedores de combustíveis nos municípios que tem pesca para garantir o melhor acesso ao subsidio dos combustíveis
15. Concessão de licença de aqüicultura regional
16. Isentar a aqüicultura de pequeno porte de tributos municipais, Estadual e Federal.
17. Fazer o recadastramento das embarcações pesqueiras da região
18. A curto prazo efetivar o atendimento dos direitos previdenciários já adquiridos aos pescadores da região, transformando agencia de previdência de registro em gerencia executiva visando adequar os processos a realidade local.
19. Efetivar a Marinha do Brasil na fiscalização da atividade pesqueira e amadora
20. Investir no repovoamento de espécies nativas na bacia do Rio Ribeira

Propostas Reprovadas

1. Mudança de tamanho de malha e apetrechos na Pesca Interior (represas)
2. Incorporar a tributação das atividades econômicas relacionadas a pesca no Sistema Simples, estadual e federal

TEMA: TURISMO

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Garantir o aproveitamento turístico sustentável do Vale do Ribeira - ecologicamente suportável à longo prazo, economicamente viável, e, social e eticamente aceitáveis pelas comunidades locais;
2. Institucionalizar as diretrizes e programas previstos na Agenda de Eco turismo do Vale do Ribeira;
3. Ampliar os programas de educação ambiental e adequar à grade curricular nas escolas técnicas, municipais e estaduais de ensino fundamental e médio.
4. Mais recursos e criação de linhas especiais de crédito para que micro e pequenos empresários façam investimentos em infra-estrutura para o turismo sustentável
5. Resgatar, viabilizar e priorizar parte dos recursos do FUNDESVAR para investimentos no setor receptivo do turismo local e regional;
6. Buscar parcerias com entidades de ensino técnico e superior nas áreas de meio ambiente e turismo para o Baixo e Alto Vale do Ribeira
7. Fortalecer o Fórum Meso-regional de turismo para promover o planejamento sustentável da atividade com participação da população local na exploração turística e implantar ações emergenciais onde já existe o turismo.
8. Estudar a criação de Lei Estadual para criar a categoria de Estância Ecológica;
9. Promover a implantação de sinalização turística padronizada em áreas municipais e nas rodovias
10. Investimentos em infra-estrutura, principalmente na conservação das estradas, nas áreas de saúde, saneamento e resíduos sólidos e acabar com os lixões;
11. Criar uma Câmara Temática de Turismo dentro do CONSAD.
12. Criação de Conselhos Municipais de Turismo.
13. Regulamentar a profissão dos monitores ambientais
14. Promover o fortalecimento dos grupos e associações de monitores, moradores e maior apoio e fortalecimento aos COMTUR
15. Promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural, e com a melhoria das condições de vida.

Propostas Reprovadas

16. Implantação de uma Unidade de nível técnico no Alto Vale do Ribeira voltada para as especificidades da região
17. Tornar o vale mais conhecido para as pessoas de fora
18. Incentivar o Turismo, com a implantação de uma agência de turismo receptivo administradas pelo CONTUR local

DIMENSÃO IV – a economia do Vale do Ribeira baseia-se na agricultura familiar que deve ser apoiada e fomentada com ações integradas

TEMA: Agricultura Familiar

Agenda de consenso

Agenda de Conflito

Propostas Aprovadas

1. Rever e adequar as políticas públicas para apoiar a agricultura familiar com investimentos em infra-estrutura, ampliando e facilitando o acesso ao crédito, o desenvolvimento de pesquisas e a comercialização, respeitando as especificidades locais, garantindo assistência técnica e extensão rural.
2. Garantir acompanhamento dos recursos financeiros destinados aos agricultores familiares por um agente local.
3. Investir na implantação de centros de comercialização regional e micro-regional, com apoio para a capacitação e gestão e ao fortalecimento institucional das organizações locais sindicatos, associações e cooperativas.
4. Criar a secretaria estadual da agricultura familiar com adequação das casas de agricultura e reestruturação dos órgãos técnicos.
5. Com base na Lei Federal da Agricultura Familiar, criar as Secretarias Municipais da agricultura familiar com dotação orçamentária própria contemplando a participação dos agricultores na sua gestão através do Conselho Municipal da Agricultura Familiar com caráter deliberativo e fiscalizador.
6. Fortalecer o programa governamental permitindo que os serviços de assistência técnica e extensão rural possam ser realizados também pelas organizações locais em convênio com o Estado, a exemplo do que acontece com as Prefeituras Municipais.
7. Facilitar e adequar a legislação para a instalação de agroindústria artesanal, principalmente em relação ao licenciamento sanitário, garantindo a qualidade do produto final através da criação de um selo da agricultura familiar.
8. Ampliar a implantação do programa de microbacias hidrográficas e agilizar o repasse dos recursos destinados ao fortalecimento das organizações locais, regionais, sindicatos, associações e cooperativas.
9. Investir recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura em todas as instituições de ensino e pesquisa regionais voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar.
10. Implantar programa de segurança alimentar às famílias carentes e aos estudantes através merenda escolar, a partir da produção local e regional da agricultura familiar;
11. Implantação do "Plano Safra Territorial" de acordo com o contrato de gestão articulado, negociado e acordado no território;
12. Ampliar o Programa de Compra Direta da Agricultura Familiar, envolvendo o poder público municipal e outras instituições;
13. Criar fundos de Aval (Estadual e municipal) para viabilizar e facilitar o crédito rural aos agricultores familiares;
14. Valorizar os produtos regionais, através de programa de certificação de origem e criação de um Selo que vise a valorização de cada Microrregião.
15. Rever e implantar as propostas da Agenda Rural, de 2002.
16. Estimular a agricultura familiar contemplando as cadeias produtivas predominantes do Vale do Ribeira e os interesses locais, considerando as suas tendências.
17. Garantir acesso aos insumos mais barato aos produtores, através de políticas de isenção e ou diferenciação nos impostos municipais, estaduais e federais.
18. Estimular a agricultura agroecológica, sistema agroflorestal e permacultura como base no Desenvolvimento Sustentável.

19. Implantar no território o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar do MDA.
20. Criar um mecanismo público para comercialização direta, ética e justa ligando o agricultor ao consumidor final.
21. Os estados e os municípios devem criar uma política/programa que facilite às famílias de agricultura familiar a melhorarem as condições de moradia, saneamento básico e transporte público.
22. Implantar um escritório ou delegacias nas micro regiões (DEPRN, INCRA,MDA) em parceria com os municípios com isenção de taxas para a agricultura familiar.
23. Implantação do programa do MMA sobre a compensação financeira para preservar o meio ambiente.
24. Facilitar o acesso às pesquisas realizadas pelos órgãos e outros garantindo o retorno e distribuição na localidade.
25. Reconhecer as propriedades que desenvolvem ações de preservação do Meio Ambiente através de incentivos.
26. Desenvolvimento/ disponibilização/ acesso a equipamentos e máquinas adaptados às condições e necessidades da agricultura familiar.
27. Aumentar a aplicação de recursos no meio rural.
28. Mobilizar lideranças municipais e regionais para incrementar ações de interesse do homem do campo;
29. Implementar Política pública diferenciada de Assistência técnica e extensão rural
30. Mudança do sistema produtivo (Agro ecológico/ agro florestal e solidário, auto-consumo e agro-industrial).
31. Estimular a pluriatividade no rural (Turismo – serviços)
32. Qualificar produtores e produtos
33. Re-significação do campo na sua inserção e papel junto ao desenvolvimento local e regional
34. Criar Fórum de discussão sobre ATER
35. Propor zoneamento rural de acordo com a agenda XXI e com bases no Plano Diretor de cada Município
36. Implantar patrulha rodoviária no Vale do Ribeira.
37. Criação e potencialização de fontes alternativas renováveis locais de energia como: biodiesel, hidráulica, solar e eólica, etc.
38. Implantar Patrulha Mecanizada Agrícola que atenda as demandas relacionadas às estradas particulares, terraplanagem e outros serviços para agricultura familiar.

TEMA: INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PARA MEIO RURAL

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Garantir o atendimento adequado e prioritário à população rural infra-estrutura, energia elétrica, telefonia, estrada, transporte, posto de saúde, saneamento básico, destino adequado do lixo, segurança, promoção da saúde e educação: formal, diferenciada e ambiental.
2. Ampliar, divulgar e facilitar o acesso ao programa especial de crédito e financiamento para os agricultores familiares sem titulação de terras até a concretização da regularização fundiária.
3. Realizar investimentos para resolver a falta de potencia da energia elétrica e abrir discussão sobre o valor da tarifação.

Agenda de Conflito

DIMENSÃO V – GARANTIR MECANISMOS DEMOCRATICOS E PARTICIPATIVOS DE PLANEJAMENTO E DE DECISÃO FORTALECENDO O CAPITAL SOCIAL E GARANTINDO O CONTROLE SOCIAL SOBRE A GESTÃO PÚBLICA

TEMA: COMUNIDADES TRADICIONAIS

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Garantir os direitos de ser e fazer das Comunidades Tradicionais
2. Incluir no currículo escolar a disciplina de história e cultura dos povos formadores do Vale do Ribeira; e a ampliação de escolas diferenciadas para as comunidades tradicionais.
3. Reconhecimento e título de propriedade para caiçaras, quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais.
4. Criar legislação para proteção da cultura patrimonial caiçara e de outras comunidades tradicionais.
5. Criar e respaldar o fórum permanente para discutir temas do interesse das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira.
6. Criar programa integrado entre moradores e gestores para “fazer” cumprir o SNUC no que se refere aos direitos das comunidades tradicionais que vivem em Unidades de Conservação de proteção integral.

Agenda de Conflito

TEMA: CONSELHOS MUNICIPAIS E REGIONAIS

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Fortalecer os Conselhos Locais e Territoriais já existentes e previstos na legislação.
2. Incentivar a criação de demais conselhos locais, como os de desenvolvimento urbano e rural, de meio ambiente, de segurança alimentar nutricional, da juventude entre outros
3. Elaborar um cronograma de capacitação continuada para conselheiros, com ênfase em cidadania, gestão social, papéis e atribuições do conselheiro, promovendo a integração entre conselhos municipais e comunidades rurais e urbanas;
4. Facilitar e incentivar a participação comunitária nos conselhos locais e territoriais, proporcionando condições para que os membros dos conselhos municipais, em suas respectivas áreas, possam exercer suas atribuições, dando apoio estrutural/operacional e liberdade de expressão;
5. Incentivar o voluntariado como forma de inserção e processo de transformação social nos diversos segmentos da sociedade que compõem o Vale do Ribeira;
6. Incentivo a organização, de associações, cooperativas e sindicatos e outras formas de organização social, promovendo capacitações para melhor gestão. E fortalecer as organizações já existentes.
7. Promover a integração e participação das instituições de ensino e pesquisa (universidades, faculdades, instituições particulares e ONG) em projetos que tragam benefícios às pessoas que vivem no Vale do Ribeira;
8. Promover e criar um mecanismo de integração efetiva entre os diversos conselhos locais e territoriais
9. Propiciar, estimular e facilitar a participação dos conselhos locais e de todos os cidadãos e cidadãs na elaboração e fiscalização do orçamento local e plano plurianual dos municípios;
10. Fortalecer a capacidade de gestão e planejamento das organizações da sociedade civil e governos municipais através de cursos, estágios, vivências em

Agenda de Conflito

<p>todos os setores, entre outros.</p> <p>11. Melhorar o sistema de comunicação entre as instituições e atores que compõe o território;</p> <p>12. Aumentar a participação dos governos federal e estaduais nas ações prioritárias definidas pelo plano de desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira(SP/PR) e gerida pelos fóruns territoriais.</p> <p>13. Fortalecer e implementar as câmaras temáticas dos Fóruns Territoriais</p>	
<p>Propostas Reprovadas</p> <p>1. Desburocratização dos projetos (adaptados às realidades)</p> <p>2. Criar aval do Fórum para projetos no Território.</p> <p>3. Institucionalização/ fortalecimento dos conselhos de desenvolvimento rural municipais</p>	
<p>TEMA: ORÇAMENTO PÚBLICO</p>	
<p>Agenda de consenso</p>	<p>Agenda de Conflito</p>
<p>Propostas Aprovadas</p> <p>1. Implantar e garantir que os orçamentos públicos sejam afetivamente Participativos em todos os municípios do Vale do Ribeira</p> <p>2. Garantir a transparência no planejamento e na definição de prioridades para o uso dos recursos públicos;</p> <p>3. Garantir prioridade e o aumento de recursos no orçamento estadual e federal para investimentos no Vale do Ribeira;</p> <p>4. Garantir recursos anuais do orçamento estadual e federal para os Fundos de Desenvolvimento do território do Vale do Ribeira, acelerar e facilitar a liberação e a fiscalização dos recursos.</p> <p>5. Alterar as composições do Conselhos Gestores dos Fundos de Desenvolvimento do território do Vale do Ribeira, que devam ser paritária entre sociedade civil e governo estadual;</p> <p>6. Garantir e estabelecer o planejamento e ação interada em todos os níveis, órgãos e instancias de governo.</p> <p>7. Facilitar o acesso ao crédito PRONAF, pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira.</p> <p>8. Criação do Fundo de desenvolvimento do Vale do Ribeira pelo o estado do Paraná</p>	<p>Conflito de maioria:</p> <p>1. Estabelecer a Agricultura Familiar como linha prioritária de financiamento do FUNDESVAR, com destinação de 30% do montante total de recursos e a definição de mecanismos específicos de avaliação; Rever os critérios de acesso e de gestão dos recursos, principalmente com a criação do Fundo de Aval, ou equivalência-produto para agricultura familiar.</p> <p>Conflito de minoria:</p> <p>2. Estabelecer a Agricultura Familiar como linha prioritária de financiamento do FUNDESVAR,</p>

DIMENSÃO VI- COMPATIBILIZAR O DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO COM A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DO MEIO AMBIENTE.

TEMA: MEIO AMBIENTE

Agenda de consenso

Propostas Aprovadas

1. Reabertura para divulgação e discussão do projeto de lei da mata atlântica em tramitação no congresso nacional há mais de 10 anos.
2. Adequar e regulamentar o processo de licenciamento ambiental em tempo hábil para a agricultura familiar e incorporar na legislação ambiental estadual o reconhecimento dos direitos de ser e fazer das comunidades tradicionais (agricultores, caiçaras, quilombolas, ribeirinhos e indígenas) de modo a adequá-la a realidade do Vale do Ribeira
3. A mata atlântica está sendo degradada e o desmatamento deve ser combatido com critérios técnicos e participação das comunidades locais. Devem ser adotados critérios para plantios agrícolas, pastagens e florestas de pinus e eucalipto em áreas sem cobertura florestal nativa. Ampliar o debate e o zoneamento das áreas de reflorestamento com espécies exóticas limitando a ocupação das propriedades com a referida atividade de forma que garanta a manutenção do agricultor no imóvel e a produção de alimentos.
4. Criar centro de pesquisa em tecnologia agroecológica, ambiental, florestal e da biodiversidade;
5. Concluir e implantar o programa de zoneamento ambiental para o ordenamento territorial do Vale do Ribeira (macro zoneamento e gerenciamento costeiro).
6. Criar mecanismos de incentivo e financiamento aos projetos de manejo sustentável e sistemas agro-florestais;
7. Criar programa de assistência técnica ambiental e extensão florestal, com convênios com o poder público estado/municípios para elaboração de projetos de licenciamento ambiental para agricultura familiar e outros produtores e comunidades tradicionais.
8. Criar órgão de direção regional do DEPM no Vale do Ribeira com a ampliação das equipes técnicas;
9. Apoiar a implantação e estruturação de núcleos permanentes de educação ambiental - regional/microrregional no Vale do Ribeira.
10. Expandir e apoiar o projeto de monitoria ambiental, eco turismo e agro turismo no Vale do Ribeira.
11. Garantir a abertura da trilha do imperador, na estação ecológica da Juréia, para trabalho de educação ambiental de acordo com o trabalho realizado pela amai (associação de monitores ambientais de Iguape).
12. Regulamentar e aplicar a legislação referente à compensação financeira por restrição ambiental. Garantir a aplicação dos recursos em projetos de base comunitária. O artigo 200 da constituição estadual define que as regiões com áreas protegidas devem receber compensação financeira. Existe a lei, mas não o regulamento e nenhuma previsão na lei orçamentária.
13. Garantir a transparência na transferência e aplicação dos recursos do ICMS ecológico e aumentar os recursos públicos destinados. Ampliar o conceito de áreas protegidas com a inclusão de unidades de conservação municipal, federal, RPPNS, áreas indígenas e de quilombos;
14. Garantir os direitos aos moradores em unidades de conservação e tratar com prioridade as demandas como: energia, transporte, comunicação, autorizações para roças; manutenção de estradas, trilhas e rios; reforma de moradias; educação diferenciada respeitando a cultura local, serviço de saúde e saneamento básico;
15. Implantar efetivamente os conselhos (consultivos) de moradores de áreas protegidas pela legislação ambiental e os comitês de gestão das unidades de

Agenda de Conflito

conservação, garantindo sua manutenção e o seu funcionamento.

16. Rever os processos de desapropriação de áreas, pois o pagamento de precatórios ambientais consome recursos públicos, com valores extremamente elevados à realidade de mercado;
17. Garantir e incentivar ações preventivas e educativas nas atribuições do policiamento ambiental;
18. Fomentar e implantar projetos de repovoamento do palmito jiçara/jussara, e outras espécies nativas da mata atlântica, através da criação do fundo de aquisição sementes, produção de mudas, licenciamento e manejo;
19. Criar unidade regional do Ibama de centro de apoio às populações tradicionais no Vale do Ribeira.
20. Criar um escritório regional do Ibama em registro;
21. Viabilizar financeiramente a elaboração e implantação dos planos de manejo de todas as unidades de conservação existentes no Vale do Ribeira;
22. Garantir a isenção da cobrança de taxas de licenciamento ambiental para os agricultores familiares e para os projetos de manejo florestal sustentável e sistemas agro florestais. Revisão dos valores e dos critérios técnicos para os demais casos;
23. Implantar e viabilizar financeiramente programas integrados de combate às inundações e enchentes: com planejamento urbano, conservação de solos, recuperação da mata ciliar, zoneamento agrícola e monitoramento dos rios.
24. Pela preservação do rio ribeira através da recuperação das matas ciliares nascentes e afluentes e repovoamento de espécie nativas e endêmicas do rio. Implementar fontes de geração de energia alternativa.-
25. Criar legislação específica de incentivo a recuperação das matas ciliares nas APPS
26. Apoiar a aprovação do projeto de lei que institui o mosaico da Juréia e do parque estadual de Jacupiranga.
27. Exigir que a SABESP colete e trate 100% do esgoto, invista parte do recurso arrecadado em educação ambiental, recuperação das margens dos rios e repovoamento dos rios com espécies nativas
28. Implantar e apoiar o programa de produção de alimentos agroecológicos e incentivar o consumo pelos órgãos públicos
29. Exigir do ministério dos transportes a implantação de um plano de contenção de acidentes com cargas perigosas e incêndios florestais gerados a partir da BR 116
30. Estudo, divulgação e implantação de fontes alternativas de energia para todo o Vale do Ribeira (solar, força do ar, onda do mar e etc.);
31. Incentivar a democratização da terra viabilizando o assentamento de famílias sem terra nos moldes do PSD, com ênfase na produção agro ecológica, como forma de combate a exclusão social equilibrando as necessidades humanas com a preservação ambiental.
32. Promover a implantação de saneamento básico em 100% das cidades do Vale do Ribeira, e também fomentar ações de coleta seletiva e gerenciamento de resíduos sólidos, visando a qualidade de vida da população;
33. Exigir integral cumprimento da legislação ambiental que trata da compensação da área de reserva legal, impedindo que áreas que deveriam ser preservadas em suas bacias de origem possam vir a ser compensadas na bacia do Vale do Ribeira;
34. Estabelecer o macro zoneamento para área de reflorestamento de espécies exóticas no território do Vale do Ribeira
35. Educação ambiental para gestores municipais, escolas e sociedade civil, de forma inter e transdisciplinar.
36. Promover gestão integrada de recursos hídricos.
37. Tributação – compensação pela evasão dos recursos naturais; aprovada – melhorar a redação
38. Capacitar professores com conteúdo de educação ambiental.

<p>39. Incentivar os educandos com campanhas que venham promover o meio ambiente (recursos de redação, slogan, desenhos);</p> <p>40. Reunir a comunidade local para discutir o meio ambiente;</p> <p>41. Mobilização da comunidade para formar fóruns, ong's, grupos, clubes que discutam e implementem ações e benefícios ao meio ambiente;</p> <p>42. Zoneamento com restrições ao uso de agrotóxicos.</p> <p>43. Criação de fóruns permanentes de desenvolvimento sustentáveis nos municípios com partição de 1/3 do poder publico e 2/3 da sociedade civil.</p> <p>44. Implementar políticas públicas de controle de população de animais domésticos através da esterilização e educação ambiental humanitária para a posse responsável e prevenção dos crimes de maus tratos. E desenvolver projetos de manejo humanitários de animais silvestres, que por crescimento populacional desordenado vem afetando a saúde publica por seres vetores de inúmeras patologias (febre maculosa, criptococose)</p> <p>45. Estabelecer o macro zoneamento para áreas de reflorestamento de espécies exóticas em todo o território do Vale do Ribeira</p>	
<p>Propostas reprovadas</p> <p>1. Construção da Barragem do Tijuco Alto para geração de energia e controle de enchente.</p> <p>2. Criar fórum permanente de discussão com participação de um terço do Poder Público e dois terços da Sociedade Civil paritária de gestores de Unidades de Conservação, moradores de dentro e do entorno.</p> <p>3. Inclusão da educação ambiental nos currículos escolares;</p>	

ANEXO 1

INSTITUIÇÕES DO PODER PÚBLICO (delegados ou convidados)

- Prefeita de Tunas do Paraná
- Prefeito Municipal de Registro (representante)
- Prefeito Municipal de Miracatu
- Representante da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná
- Representante da Prefeitura Municipal de São Lourenço da Serra
- Representante da Prefeitura Municipal de Peruíbe
- Representante da Prefeitura Municipal de Miracatu
- Representante da Prefeitura Municipal de Juquiá
- Representante da Prefeitura Municipal de Itaperuçu
- Representante da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida
- Representante da Prefeitura Municipal de Adrianópolis
- Representante da Prefeitura Municipal de Adrianópolis
- Secretaria Municipal de Saúde de Eldorado
- Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Tunas do Paraná
- Secretaria Municipal de Turismo, Agricultura e Meio Ambiente de Iporanga
- Secretaria Municipal de Turismo de Pedro de Toledo
- Secretaria Municipal de Saúde de Juquiá
- Secretaria Municipal de Planejamento de Registro
- Secretaria Municipal de Obras de Itaóca
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pariquera-Açú
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Apiaí
- Secretaria Municipal de Educação de Registro
- Secretaria Municipal de Bem Estar Social da Prefeitura Municipal de Registro
- Secretaria Municipal de Agricultura de Jacupiranga
- Secretaria Municipal de Agricultura de Barra do Chapéu
- Secretaria Municipal da Agricultura de Cerro Azul
- Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo/CPLEA
- Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - DIR XVII - Registro
- Secretaria de Estado da Educação de São Paulo - Diretoria de Ensino de Registro
- Secretaria de Estado da Educação de São Paulo - Diretoria de Ensino de Miracatu
- Secretaria da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo
- Secretaria de Estado da Agricultura do Estado do Paraná
- Instituto Florestal - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo
- Instituto de Terras de São Paulo - ITESP
- Instituto de Pesca de São Paulo
- Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Estado da Agricultura de São Paulo
- Instituto Agrônomo do Paraná- IAPAR
- EMATER – PARANÁ
- CEDRAF/ Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná

- Secretário Nacional de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Dr. Humberto Oliveira
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - Delegacia Estadual do Paraná
- IBAMA - APA Cananéia Iguape e Peruíbe
- FURNAS - Programa Luz para Todos
- Fundo Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
- Fundação Nacional de Saúde
- Caixa Econômica Federal – Diretoria de Santos
- Caixa Econômica Federal – Agencia de Registro
- Câmara Municipal de São Lourenço da Serra - vereador
- Câmara Municipal de Ribeirão Branco - vereador
- Câmara Municipal de Registro - vereador
- Câmara Municipal de Peruíbe - vereador
- Câmara Municipal de Cajati - vereador
- Câmara Municipal de Apiaí
- Câmara de Registro – presidente da Câmara
- Câmara de Iporanga - vereador
- Câmara de Barra do Turvo - vereador

ANEXO 2

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (delegados ou convidados)

- AAPM Loredo R. Cruz - Juquitiba
- ABRBS – Associação Brasileira de Resgate, Busca e Salvamento - São Lourenço da Serra
- ACCEPTI – Pedro de Toledo
- ACISOITA - Itariri
- ADCIPA - Itapirapuã Paulista
- ADEFIPA - Pariquera-Açu
- ADEFIPA- Pariquera-Açu
- Agência de Desenvolvimento da Mesoregião do Vale da Ribeira / Guaraqueçaba
- Aldeia Indígena Guarani Peguaty – Sete Barras
- Aldeia Indígena Guarani PINDOTY - Pariquera-Açu
- Aldeia Indígena Piaçaguera – Peruíbe
- Aldeia Indígena Djaikoaty - Miracatu
- ALMA/CAJI - Itariri
- AMAP - Peruíbe
- AMOVIPA - Pariquera-Açu
- APAE - Itariri
- APENMA - Itariri
- APOARP - Apiaí
- Associação Anti Alcoólica de Registro
- Associação Comunitária do Bairro Rio Preto, Sete Barras
- Associação da Melhor Idade de Registro
- Associação de Artesãos e Produtores Caseiros de Iguape
- Associação de catadores de material reciclável de Apiaí
- Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu –AGUA – Sete Barras
- Associação de Monitores Ambientais de Iporanga
- Associação de Monitores Ambientais de Apiaí
- Associação de Moradores do Bairro Acaraú, Cananéia
- Associação de Moradores do Bairro Conchas – Barra do Turvo
- Associação de Moradores do Bairro Princesa Isabel, Tapiraí
- Associação de Moradores do Bairro Saibadela, Sete Barras
- Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, Registro
- Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Ribeira, SP
- Associação de Turismo Rural, Registro
- Associação do Monitores Ambientais de Eldorado - AMAMEL
- Associação do Monitores Ambientais de Iguape - AMAIR
- Associação do Quilombo de Abobral de Eldorado
- Associação do Quilombo de André Lopes - Eldorado
- Associação do Quilombo de Batatal (Boa Esperança) - Eldorado
- Associação do Quilombo de Bombas - Iporanga
- Associação do Quilombo de Galvão - Eldorado
- Associação do Quilombo de Ivaporunduva - Eldorado

- Associação do Quilombo de Morro Seco - Iguape
- Associação do Quilombo de Nhunguara
- Associação do Quilombo de Ribeirão Grande – Barra do Turvo
- Associação do Quilombo de Sapatú - Eldorado
- Associação do Quilombo do Abobral - Eldorado
- Associação dos Amigos dos Bairros, Miracatu
- Associação dos Apicultores do Vale do Ribeira
- Associação dos Extratores de Plantas Medicinais do Vale do Ribeira
- Associação dos Moradores do Bairro SUBAÚMA
- Associação dos Moradores do Bairro Votupoca - Registro
- Associação dos Trabalhadores da Agricultora Familiar ASSTRAF – Cerro Azul
- Associação Orgânica do Paraná.
- Associação Vidas Verdes - AVV Monitores, Pariquera-Açú
- Cacique Guarani Mbya – Ilha do Cardoso, Cananéia
- CAJI/MURIQUI - Itariri
- CEDEA – Cerro Azul
- CGM – Cerro Azul
- Cidadão em Ação
- CJ. Caiçara - Cananéia
- Colégio Cecília Meireles - Apiaí
- Colônia de Pesca Z-9 - Cananéia
- Colônia de Pescadores Z-7 -Iguape
- Comunidade Católica de Registro
- Comunidade de Itinguçu - Peruíbe
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Cerro Azul
- Conselho Municipal de Turismo de Jacupiranga
- Conselho Tutelar de Registro
- COOPERAFLORRESTA - Barra do Turvo
- Cooperativa de Produtores de Vista Grande – COOPMAVIG - Miracatu
- CPRM – Serviço Geológico do Brasil
- Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL – Cerro Azul
- EACONE -Equipe de Articulação das Comunidades Negras
- Equipe Selva - Miracatu
- Federação da Agricultura Familiar de São Paulo – FAF-SP
- FORUM de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira Paraná
- Fórum de Entidades do FORUM de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira Paraná
- GEMAP-UNESP
- Grupo ASA – Ilha Comprida
- Grupo Ecológico do Guaraú - Peruíbe
- Igreja Católica de Cananéia
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania de Registro
- Instituto de Pesquisas de Cananéia
- Instituto Paulo Freire - Miracatu
- Instituto Sócio Ambiental –ISA – São Paulo
- JUNTOS - Jacupiranga
- Lions Club de Registro

- MONGUE - Peruíbe
- Movimento dos Sem Terra - Apiaí
- Muriqui - Itariri
- ONG MECA -Cajati
- ONG NACTURE – Barra do Chapéu
- Partido Verde de Cajati
- Pastoral da Juventude da Diocese de Registro
- Pastoral da Pesca da Diocese de Registro
- Rede Cananéia
- Rede de Educação Cidadã- São Paulo
- Rede Nacional de Colaboradores / Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário
- REMA- Cananéia
- Representante da Juventude/Registro
- Representantes da Juventude
- SEBRAE/Curitiba
- Sind. Rural de Sete Barras
- Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira - SINTRAVALÉ
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado
- Sindicato Rural de Ribeirão Branco
- Sindicato Rural de Sete Barras
- SINTRAF - Itaperuçu
- Sociedade dos Amigos Bairro Pedrinhas- Ilha Comprida
- Sub Sede da CUT – Vale do Ribeira
- Terra Indígena Paraíso
- Valor Florestal

Anexo 3

PROGRAMA

15 de agosto

- 11:00–12:00 h** credenciamento
- 13:30–14:30 h** Mesa redonda: “**Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira**”
Arilson Favareto – Universidade Federal do ABC
Gilberto Otta – secretário executivo da Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu – Sete Barras
Roberto Resende – Presidente do IDESC

Coordenação: **Sandra Kennedy**
- 14:30–15:30 h** Mesa redonda: **O Projeto “Vale do Ribeira sustentável” e as ações interministeriais**
Ana Beatriz de Oliveira – Gerente de Programa – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Ary Martini – Diretor Adjunto do Programa “Agenda 21” – Ministério do Meio Ambiente
Alexandro Pinto, representante do Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional, **Onaur Ruano**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Dr. Humberto Oliveira – Secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Coordenação: **Ronaldo Ribeiro**
- 15:30 horas** sessão de abertura
- 17:30–18:00 h** instalação da conferência e aprovação do regulamento
- 18:00–19:00 h** apresentação do processo de seleção dos Projetos socioambientais prioritários.
Ocimar Bim
- 20:00 h** atividade cultural

16 de agosto

- 8:30 h** Grupos Temáticos
- 13:30 h** plenária geral
- 19 h** Encerramento